



**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**  
**Nº 023/2024**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4798/2024**

Contrato de execução de serviços, celebrado entre o  
**MUNICÍPIO DE INACIOLÂNDIA** e a empresa:  
**PEDRO BARRETO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS**  
**LTDA.**

O **MUNICÍPIO DE INACIOLÂNDIA**, Estado de Goiás, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Ulisses Guimarães, Bairro José Inácio, Inaciolândia-GO CNPJ. nº 26.923.755/0001-51 neste ato representado pelo **Sr. CLAUDIO HENRIQUE CAIXETA**, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 704.557.246-87, RG nº MG4676770 PCMG/MG, residente e domiciliado na Avenida Mato Grosso, Qd. 3, Lt 18, Centro, cidade de Inaciolândia, Estado de Goiás, neste ato denominado de **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa: **PEDRO BARRETO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 00.919.602/0001-47, com sede a Av. Juciana n 10, bairro Margens do Lago, cidade Três Ranchos - GO. Doravante denominada **CONTRATADA**, têm justos e contratados o presente Contrato de Prestação de Serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

**DO LOCAL E DATA**

Lavrado e assinado na sede da Prefeitura Municipal de Inaciolândia, aos 22 dias do mês de abril de 2024.

**DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente instrumento de Contrato de Prestação de Serviços será regido pelas disposições constantes da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, alterada pelas leis posteriores, conforme **Processo Administrativo nº 4798/2024**. Firmado nos termos do **Ato de dispensa de licitação nº. 022/2024** de 22 de abril de 2024.

**(CLÁUSULA PRIMEIRA)**

**Do Objeto do Contrato**

1.1 - Contratação da prestação de serviços de **LOCAÇÃO DE PALCO, SOM, ILUMINAÇÃO E CAMARIM** na comemoração ao 32º aniversário da cidade de Inaciolândia - GO, nos dias 27 a 30 de abril.





**(CLÁUSULA SEGUNDA)**

**DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

2.1 - Objeto discriminado no contrato deverá ser executado na cidade de Inaciolândia estado de Goiás, no parque de exposição local, nos dias 27 a 30 de abril.

**Clausula Terceira**  
**DA VIGÊNCIA**

3.1 - A vigência das obrigações com o contratado terá início a contar da data de sua assinatura do contrato de prestação de serviços e encerrando-se dia 24 de junho de 2024, admitida sua prorrogação por iguais e sucessivos períodos até o limite máximo nos Termos dos Artigos 106 e 107 da Lei Federal 14.133/2021, em sendo o caso, mediante Termo Aditivo e por mútuo interesse das partes.

**Clausula Quarta**  
**DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO**

4.1- A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pelos serviços especificados na Clausula Primeira do presente instrumento o valor total global de **R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)** que serão efetuados sob o acompanhamento da Secretaria Municipal de Administração paga em parcela única mediante nota fiscal.

**Cláusula Quinta**  
**DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1 - A despesa advinda da execução deste contrato será financiada com recurso das seguintes dotações orçamentárias, do vigente orçamento:

Dotações:

2.10.13.392.0587.2008 - 3.3.90.39.00 - Fonte 100;

**Cláusula Sexta**  
**DAS OBRIGAÇÕES**

**6.1 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

- a) Efetuar o pagamento na forma convencionada no presente instrumento, dentro do prazo previsto, desde que atendidas as formalidades pactuadas;
- b) Notificar, formal e tempestivamente, a contratada sobre irregularidades observadas na prestação dos serviços contratados;
- c) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada através de servidor especialmente designado;
- d) Documentos e informações precisas sobre os assuntos referentes ao objeto descrito neste termo, objetivos e outros dados necessários ao desenvolvimento dos serviços técnicos;
- e) Disponibilização de servidores capacitados cooperação na obtenção de informações necessárias, substituindo, remanejando e contratando caso seja necessário;





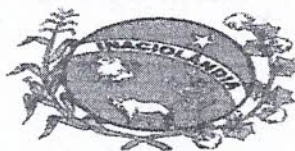
## 6.2 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

a) Executar como descrito no objeto deste contrato o contratado da **locação de palco, som, iluminação e camarim**, no parque de exposição, nos dias 27 a 30 de abril no município de Inaciolândia – Go, deverá seguir os seguintes itens:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD
	<b>ESTRUTURA DE PALCO</b>	
01	MODELO GO SPACE MEDINDO 15MT DE LARGURA POR 10,0MT DE PROFUNDIDADE E ALTURA DE 6,0 MT	01
	<b>SONORIZAÇÃO</b>	
01	GRID MODELO Q-30DE10,0x9,0Mt, ALTURA DE 6,0Mt COM LINHAS DE MEIO	01
02	MESA DIGITAL YAMAHALS 9COMEXPANSOR PARA 36 CANAIS	02
03	PROCESSADOR DE FREQUÊNCIAS DBX260	02
04	FILTRO DE ENERGIA FURMAN	01
05	POWERPLAYBEHRINGUER 8 CANAIS	01
06	POWERPLAY BEHRINGUER 4 CANAIS	01
07	MULTI-CABOS PLITADO 56 VIAS NEUTRIK	01
08	CAIXA ATIVA DE COMUNICAÇÃO COM O P.A.	01
09	RETORNO DE PISO EAWSM-400	04
10	SUB DE BATERIA COM 2 ALTOFALANTES DE18"	01
11	SIDEDUPLOCOM ALTO-FALANTES DE18"E CAIXAS ATIVAS NA SALAS	01
12	PRATICAVEL 2,0POR 1,0 TELÉSCOPIO	08
13	KIT DE MICROFONES PARA BATERIAS HUREPG-56	01
14	CUBO DE BAIXO PEAVY	01
15	CUBO DE GUITARRA GRATE	01
16	MICROFONES SEM FIO SHURE SM-58	02
17	MICROFONES SHURES M-58	14
18	MICROFONES AKG23112	02
19	MICROFONES SHURES M-57	06
20	MICROFONES AKG13700	02
21	MICROFONE PARA BUMBOAKG	01
22	MICROFONE PARA BUMBO SHURE	01
23	DIRECTBOX IMP-2	07
24	DIRECTBOX BEHRINGUE RULTRADI	03
25	DIRECTBOX BEHRINGUERS TERE0	02
26	DIRECTBOX CSR	07

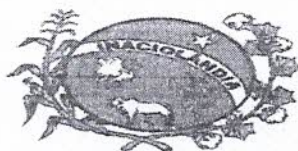


Prefeitura Municipal  
**INACIOLÂNDIA - GO**



	<b>EQUIPAMENTOS P.A.</b>	
01	CONSOLE DIGITAL YAMAHA COM EXPANSOR PARA 36 CANAIS	01
02	P.A. DE 40 DA VOXSOUND	01
03	FILTRO DE ENERGIA FURMAN	01
04	PROCESSADOR DE FREQUENCIA DBX-260	02
05	CAIXA ATIVA DE COMUNICACAO COM O PALCO	01
	<b>EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO</b>	
02	LAMPADAS PAR LED DE3w	30
03	LAMPADAS FOCO 5 EI ARARA	12
04	MAQUINA DE FUMAÇA STAR 1000w	02
05	VENTILADORES MODELO EXAUSTOR	02
06	MINE BRUT 6 LAMPADAS	04
07	STROBO ATOMA DE LED	08
08	RACK DE LUZ STAR 6 CANAIS DIGITAIS	02
09	MESA DE LUZ USANDO, LUKIT COM NOTEBOOK, INTER FACE GRANDMA 2	01
10	MOVING BX 230	04
11	MOVING SHARP 230	08
	<b>CAMARIM</b>	
01	ACOPLADO AO PALCO COM 13,0 DE COMPRIMENTO E 2,60 DE LARGURA POSSUI UM ACABAMENTO TODO ACÚSTICO.	01
	ACÚSTICO EM MADEIRA DE LEI, POSSUI AINDA 2 ESCADAS ELÉTRICAS DE ACESSO.	
	<b>EQUIPAMENTOS DO CAMARIM</b>	
02	FREEZER 280 LITROS	01
03	TELEVISORES DE LED	03
04	ARCONDICIONADOSPLITER	03
05	CLIMATIZADOR DE AMBIENTES	01
06	EXAUSTOR	02
07	BANHEIROS	02
08	MESAS DE 2,50 POR 0,60 Mt	02
09	MESAS DE 0,70 POR 0,70 Mt MODELO OVAL	03
10	SOFÁSCAMA	02
11	ASSENTOS MODELO PUFF	10
12	BEEDOURO DE 20 LITROS (GELADO E NATURAL)	01
13	FORNOMICROONDAS	01
14	LIXEIRAS DE INOX	04
15	LAVABO	02
16	TABOA DE PASSAR ROUPAS	01
17	FERRO DE PASSAR ROUPAS	01
18	ESPELHOS DE 2,0 POR 0,50Mt	04
19	CAFETEIRA	01
20	CAROTE DE PINGA DE ENGENHO	01
21	COPOS DESCARTAVEIS PARA CAFÉ E AGUA, PAPEL TOALHA, PAPEL HIGIENICO	





- b) Prestar de forma tempestiva e satisfatória todos os serviços especificados no termo de referência e na proposta apresentada;
- c) E de inteira responsabilidade pelo serviço prestado da equipe da empresa **PEDRO BARRETO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA** com devido acompanhamento da secretaria de administração.
- d) Manter, durante toda a execução do contato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e) Arcar com os custos referentes à Imposto de Renda, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal e quaisquer outras que incidam ou venha a incidir na execução do contrato;
- f) Responder por quaisquer danos causados aos empregados ou a terceiros por si e ou seus prepostos;
- g) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE.

**Cláusula Sétima**  
**DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

7.1 - O presente contrato poderá ser alterado:

- Parágrafo Primeiro** Unilateralmente, pelo Município, quando: "for necessária a modificação da amplitude contratual, decorrente de acréscimo ou supressão de seu objeto, observando-se, neste caso, o limite de 25% (vinte e cinco por cento)".
- Parágrafo Segundo** Por acordo entre as partes, quando:
- a) For conveniente a substituição da garantia de sua execução;
  - b) For necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstância superveniente, mantidos o valor e as condições de pagamento iniciais;
  - c) For necessária a modificação do regime de execução ou do prazo, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
  - d) For necessário restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contrato e a retribuição da Administração, para a justa remuneração, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro;
  - e) Por motivos de força maior.

**Cláusula Oitava**  
**DAS SANÇÕES**

8.1 - A inexecução ou execução parcial do contrato sujeitará a **CONTRATADA**, garantindo-lhe prévia defesa, às seguintes sanções:





**Parágrafo Primeiro**

Advertência;

**Parágrafo Segundo**

Suspensão temporária do direito de participar de licitações promovidas pela Prefeitura Municipal de Inaciolândia e impedimento de contratar com o mesmo por um prazo de 03 (três) meses a 05 (cinco) anos.

**Parágrafo Terceiro**

Rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

**Cláusula Nona**  
**DA RESCISÃO**

9.1 - Fica pactuado entre as partes que o presente Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelos CONTRATANTES em razão da inexecução total ou parcial do contrato ou ainda por razões de interesse público, de alta relevância de conformidade com o Artigo 138 da Lei Federal nº. 14.133/21, onde observado o interesse público não gerará qualquer ônus ao erário.

9.2 - A rescisão em se tratando de interesse público não gerará direito a quaisquer tipos de indenização.

9.3 - A rescisão ocorrendo por culpa da contratada, incorrerá nas sanções e penalidades descritas da Lei Federal nº.14.133/21, Art.'s 155 à 156, bem como nas estabelecidas neste contrato, incorrendo ainda na referida declaração de inidoneidade estampada da lei, com prazos de proibição para contratar com o poder público com prazo de até 06 (seis) anos.

**Cláusula Décima**  
**DA MULTA**

10.1 - Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor do contrato, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

10.2 - Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) Multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) Cancelamento do preço contratado;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até dois anos;
- d) As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente;

10.3 - Por atraso injustificado no cumprimento de contrato de prestação de serviços:

- a) Multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) Rescisão unilateral do contrato após o vigésimo dia de atraso.

10.4 - Por inexecução total ou execução irregular do contrato de prestação de serviço:

- a) Advertência, por escrito, nas faltas leves;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.





d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.5 - Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até seis anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

10.7 - O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

10.8 - A aplicação das penalidades previstas nesta lei será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

10.9 - Fica garantido ao prestador o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

10.10 - As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

#### **Cláusula Décima Primeira** **DAS QUESTÕES DIVERSAS**

11.1 - O presente contrato fica vinculado aos dispositivos da Lei nº 14.133/21, de 01/04/21 e suas posteriores modificações e ainda:

a) As partes **CONTRATANTES**, caso haja rescisão administrativa deste contrato, desde já reconhecem, em favor daquela que não deu causa, integralmente, os direitos previstos na Lei Federal nº 14.133/21;

b) A **CONTRATADA** reconhece, para todos os efeitos, a vinculação deste contrato ao Termo de Referência referente a este processo.

c) A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade das obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

#### **Cláusula Décima Segunda** **DOS CASOS OMISSOS**

12.1 - Os casos omissos neste Contrato serão resolvidos pela legislação aplicável à espécie, em especial pela Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e ainda aplicam-se a este contrato como se expressos fossem todos os dispositivos legais pertinentes a contratos administrativos.